PARTE III

Como
vamos
chegar lá

CAPÍTULO 8



Iniciativas Públicas Estruturantes para a Competitividade Sistêmica do Rio Grande do Norte

O setor privado é e será o motor do desenvolvimento de negócios, da geração de riquezas e empregos e da prosperidade do Rio Grande do Norte. Mas esse protagonismo, isoladamente, não é suficiente para elevar o estado a um novo patamar de competitividade e de atratividade econômica. Para tanto, é preciso empreender, de forma coordenada e cooperativa, uma agenda de iniciativas e ações a cargo dos poderes públicos.

Neste sentido, o Mais RN propõe 10 projetos estruturantes de responsabilidade do setor público, vinculados a temas críticos da **Estratégia de longo prazo**.

Tabela 13. Alinhamento entre os Projetos e os Eixos Estratégicos do Mais RN

	Ampliação e qualificação da infrates-trutura	Estado eficiente e instituições de qualidade	Saldo educacional e do capital humano	Empreende-dorismo potiguar e investimentos
QUALIFICAÇÃO COMPETITIVA: MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO DE NÍVEL MÉDIO			✓	
EDUCAÇÃO TÉCNICA PARA O FUTURO: AMPLIAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO E PROFIS-SIONALIZANTE			✓	
ÁGUA NO SERTÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES À TRANSPOSI-ÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO	✓			
FORMAÇÃO DE BANCO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA ECONÔMICA, TECNOLÓGICA, SOCIAL E EM LOGÍSTICA	✓			✓
SIMPLIFICA RN: MELHORIA DO AMBIENTE INSTITUCIONAL PARA EMPRESÁRIOS E INVESTIDORES		✓		
ACELERANDO O INVESTIMENTO NO RN: AGILIZAÇÃO E AUMENTO DA PREVISIBILIDADE DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREEN-DIMENTOS PRODUTIVOS		✓		
RN ALÉM DA CAPITAL: APOIO À MELHORIA DO DESEMPENHO DAS ADMINISTRAÇÕES DOS POLOS REGIONAIS		✓		
MAIS SEGURANÇA PARA RN: REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA NO ESTADO		✓		
MELHORIA DA MOBILIDADE DE PESSOAS E CARGAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	✓			
MAIS TURISMO NO RN: MELHORIA DA QUALIDADE DAS CIDADES TURÍSTICAS				✓

Fonte: Macroplan, 2015.

A efetiva concretização desses projetos estruturantes de responsabilidade do setor público não dependerá exclusivamente dos esforços do Governo do Rio Grande do Norte. Exigirá a formação de parcerias com empresariado, com o Governo Federal, com municipalidades e setores da sociedade civil, identificados como partes interessadas em cada iniciativa.

Além da necessidade de **mobilização de diversos atores**, deve-se ter em mente que a efetiva concretização de muitas das transformações propostas pelos projetos tem elevado prazo de maturação, as quais transcenderão os ciclos de Governo. Neste sentido, indicou-se, para cada projeto, um conjunto de metas quinquenais e um horizonte de 20 anos para alcance das metas finais propostas pelo Mais RN.

Nesse processo de construção do futuro desejado para o estado do Rio Grande do Norte, é desafio imediato do Governo Estadual não somente engajar os principais atores da sociedade, mas também contagiar os demais atores do sentimento de confiança de que é possível superar os desafios postos pela Estratégia de Desenvolvimento Econômico e Promoção de Investimentos do Mais RN e traduzi-las em benefícios efetivos para a sociedade.

Também é importante levar em consideração que a composição desta carteira de projetos estruturantes de responsabilidade do setor público não é imutável e não contempla todos os segmentos definidos na **Estratégia de longo prazo**. Por isso, ao longo do tempo, sugere-se que novos projetos sejam incluídos e ajustados em função de seu desempenho e também em face do surgimento de fatores novos no ambiente externo e das restrições físicas e financeiras do Governo.

Nesse sentido, também é preciso que seja feito esforço permanente para incorporação dos projetos no Plano Plurianual (PPA) do Governo e a manutenção em suas futuras revisões. Ressalta-se, por fim, a necessidade de cooperação com os demais Poderes constituídos e entes federados e do engajamento dos atores econômicos e sociais mais relevantes para fazer a Estratégia acontecer e a carteira de projetos ser implementada.

PROJETO 1

QUALIFICAÇÃO COMPETITIVA: MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO DE NÍVEL MÉDIO

CONTEXTUALIZAÇÃO

Na era da economia do conhecimento, o chamado capital humano é um dos principais fatores de competitividade e geração de prosperidade e bem-estar de um país. Neste sentido, a formação do jovem de hoje e do futuro tem papel fundamental neste contexto. A juventude alcançou um espaço historicamente inédito na configuração social brasileira. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (Pnad/IBGE) apontam que, em 2013, os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somavam 49 milhões de pessoas, o que corresponde a 24,3% da população total.

Apesar da importância da população jovem, não existe um entendimento comum a respeito das dimensões críticas da temática juvenil sobre as quais o poder público deve atuar. Tradicionalmente, os programas se concentraram nas áreas de educação e emprego, sob a perspectiva da juventude como fase preparatória da vida, ou de saúde e segurança pública, com o viés da juventude ligada à desordem social. De maneira geral, os programas são fragmentados, não se articulam uns com os outros e carecem de escala. Porém, uma certeza é que a melhoria da qualidade do ensino médio é crucial para que se obtenha êxito em uma política pública sustentável e orientada para um futuro melhor para os jovens. Com o bônus demográfico, o jovem representa proporção importante da população economicamente ativa e torna-se ator estratégico do desenvolvimento. Com maior qualificação, terá mais autoestima e fortalecerá seu protagonismo social.

No Rio Grande do Norte ainda há lacunas que precisam ser superadas para que as benesses inerentes ao aumento da população economicamente ativa possam ser devidamente aproveitadas. Uma delas é a baixa qualidade da mão de obra que está chegando à fase economicamente ativa. Hoje, 25,9% dos jovens do Rio Grande do Norte entre 15 e 17 anos estão fora da escola, e apenas 47,2% daqueles que está na escola cursam o ensino médio, considerado o nível de ensino adequado à faixa etária. Também merece preocupação o fato de que apenas 29,7% da população de 18 a 24 anos frequenta a educação superior. Com isso, uma grande parcela das pessoas que vão ingressar no mercado de trabalho nos próximos cinco ou 10 anos não possuem as condições educacionais mínimas para tanto.

A situação educacional dos jovens associa-se diretamente à atratividade e qualidade do ensino médio, bem como às percepções dos jovens sobre os efeitos da educação nas suas perspectivas futuras. Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mostram que o ensino médio é o pior dos três níveis educacionais avaliados. Além da nota mais baixa, os avanços são mais lentos de todo o país. Em 2013, o RN ocupou a 26ª posição no ranking do IDEB dos estados brasileiros na 3ª série do ensino médio (rede estadual), junto com Mato Grosso e Pará.

Problemas centrais, neste nível de ensino, seriam o baixo perfil de entrada da maioria dos alunos (que carregam um "estoque de deficiências herdadas no ensino fundamental") e o excesso de papéis que se impõe a este nível de ensino, tornando-o enciclopédico, sem foco e superficial. Há correntes que defendem o fato de que o nosso ensino médio tem papéis demais: *"ensinar a ler e escrever, de preferência em mais de uma língua... dar ao aluno um a familiaridade mínima com os números, as ciências e as humanidades... precisa prepará-lo para o ensino superior, preparar para uma profissão... burilar o espírito de cidadania e a identidade cultural... uma agenda ambiciosa e impossível. "* [68]

OBJETIVO

Melhoria substancial da qualidade da formação dos jovens matriculados na rede de ensino médio estadual regular, mensurados pelo IDEB do ensino público de nível médio e taxas de evasão, permitindo um aumento do capital conhecimento do estado a médio e longo prazos, e atendendo aos setores produtivos no curto prazo.

PÚBLICO ALVO

Em torno de 115 mil jovens do ensino médio em todo o estado do Rio Grande do Norte, matriculados nas 290 escolas estaduais de ensino médio regular.

METAS INDICATIVAS DE RESULTADO

INDICADOR	PARTIDA	2020	2025	2030	2035
Taxa de escolarização líquida[69] do ensino	40,4%[70]	51,9%	60,7%	70,1%	80,0%
Média do IDEB do Ensino Médio	3,1[71]	4,5	5,4	6,3	6,5

FOCALIZAÇÃO TERRITORIAL

Distribuição em todo o território do Rio Grande do Norte, concentrando maior esforço e foco das ações nos territórios com as escolas com piores desempenhos no IDEB ensino médio e com baixa proficiência em português e matemática no 9º ano.

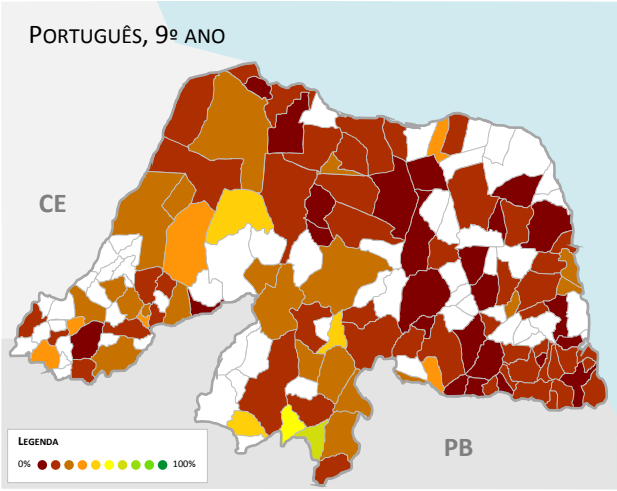
[68] Castro, Claudio – Desventuras do Ensino Médio e seus Desencontros com o Profissionalizante, in Veloso, Fernando e Giambiagi, Fabio (org.) Educação Básica no Brasil, Campus, Rio de janeiro, 2009.

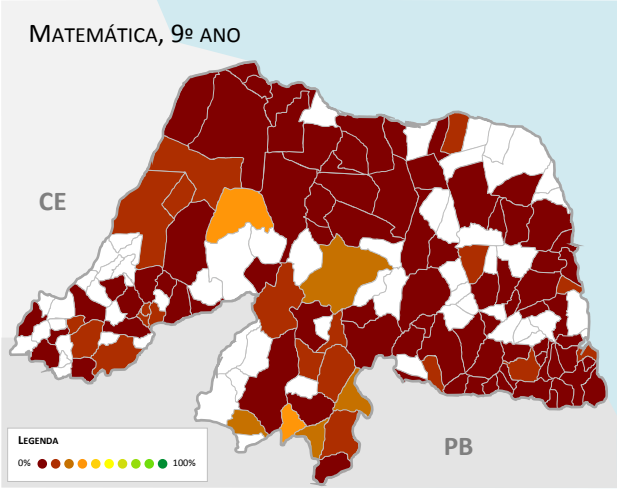
[69] Indicador que apresenta o percentual da população, em determinada faixa etária, que está matriculada no nível de ensino adequado a essa faixa etária (IBGE)

[70] 2010

[71] 2011

Mapa 22. Proficiência em português e matemática - municípios do RN





Fonte: Prova Brasil 2013/INEP. **QEdu** (www.qedu.org.br)

PRINCIPAL INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC).

PARTES INTERESSADAS

Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIN), Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SESED), Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Planejamento e das Finanças (SEPLAN), Gerências Regionais de Educação, Universidades, Prefeituras Municipais, e Federações de Empresas do Rio Grande do Norte.

ESCOPO E LINHAS DE AÇÃO PROPOSTAS

- Implantar programas de aceleração de aprendizagem, priorizando as escolas com avaliações insuficientes e os alunos com mais dificuldades de aprendizagem;
- Expandir a relação da formação técnica com o mundo do trabalho, para aumentar a diversidade e a flexibilidade dos currículos;
- Ampliar o acesso à educação integral, com programa educacional e de qualificação profissional, oferecendo opções de cursos seguindo o modelo de matérias eletivas do ensino universitário;
- Realizar levantamento de profissões mais demandadas por empresários locais e adaptar aulas e matérias nestas áreas. Introduzir conhecimentos sobre as profissões que desejam seguir e darem mais sentido ao aprendizado escolar;
- Aproximar as escolas das famílias e da comunidade. Estimular a interação dos diretores e professores com os pais e alunos sobre os assuntos da escola e do desenvolvimento do aluno;
- Desenvolver os professores de forma continuada, com ênfase na formação superior e apoio metodológico. Estimular a troca de experiências e padronização de práticas entre as escolas;
- Implantar mecanismos e instrumentos de valorização do professor e retenção para reduzir a rotatividade;
- Desenvolver a capacidade gerencial dos diretores das escolas públicas e interligar os profissionais em rede. Implantar seleção baseada em mérito e liderança e a avaliação e premiação por resultados;
- Implantar e consolidar sistema de avaliação do ensino, visando torná-lo um instrumento efetivo de planejamento, monitoramento e gestão escolar;
- Promover a segurança e a sensação de segurança na escola e no seu entorno. Investir no monitoramento em tempo real das escolas, via câmeras;
- Investir em padrão mínimo de qualidade da infraestrutura das escolas, recursos tecnológicos e acessibilidade em toda a rede de ensino estadual.

RELAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS PARA REFERÊNCIA

- Pacto pela Educação (PPE), Pernambuco

  Política pública voltada para a qualidade da educação com foco na melhoria do ensino, ampliando o acesso à educação e contribuindo para avanços educacionais do estado. Dentre as linhas de ação estabelecidas no programa, estão a ampliação do acesso ao programa de educação integral e educação profissional, a valorização dos profissionais da educação e implantação da política de formação continuada.
- Núcleo Avançado em Educação (NAVE), Pernambuco e Rio de Janeiro

  Iniciativa que apoia o desenvolvimento de soluções educacionais que usa as tecnologias da informação e da comunicação no ensino médio e capacita os estudantes para profissões na área digital. O programa é estruturado sobre três pilares: oferta de ensino profissionalizante integrado ao ensino médio regular nas escolas estaduais objetos da parceria, desenvolvimento de atividades de Pesquisa e Inovação (Centro de Pesquisa) e disseminação de metodologias e práticas desenvolvidas pelo Programa (Núcleo de Disseminação);
- Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores e Rede do Saber, São Paulo

  A escola tem por objetivo formar os ingressantes na carreira do magistério e oferecer formação continuada aos 270 mil servidores da Secretaria Estadual de Educação. Junto com a Rede do Saber, rede pública de videoconferência com finalidade pedagógica, a SEE-SP combina ensino a distância em ambientes virtuais de aprendizagem com atividades presenciais e em serviço.
- Projeto Melhoria da Qualidade da Educação, Belo Horizonte, Minas Gerais

  Série de projetos com objetivo de continuar a melhorar a qualidade da educação de base oferecida à população, visando o bom aprendizado da criança no Ensino Fundamental.
- Evasão, Qualidade e Infraestrutura das Escolas, Foz do Iguaçu, Paraná

  Iniciativas implementadas com o objetivo de melhorar os índices de desempenho da educação: aumento dos investimentos, pagamento de 14º salário com base no alcance das metas, promoveu-se maior autonomia à direção escolar para planejamento e implementação de estratégias, buscou-se engajar os pais na vida escolar dos alunos (via participação direta e associações), dentre outras ações.

PROJETO 2

EDUCAÇÃO TÉCNICA PARA O FUTURO: AMPLIAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONALIZANTE

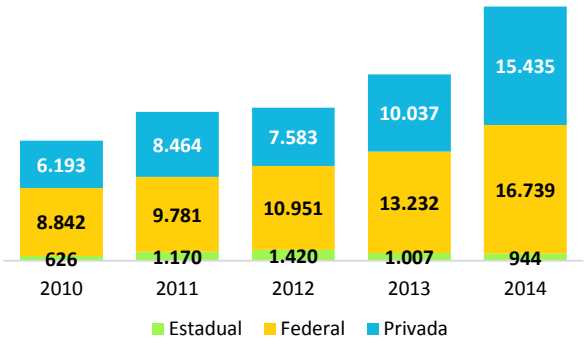
CONTEXTUALIZAÇÃO

A promoção do Ensino Técnico integrado e concomitante ao ensino profissionalizante antecipa a formação dos jovens e a integração com as demandas de mercado melhora a sua empregabilidade e ao mesmo tempo contribui decisivamente para o aumento da produtividade do trabalho. De forma a aproveitar a infraestrutura e o potencial técnico e tecnológico do estado, o Governo deve reforçar a prioridade de expandir o ensino técnico e um programa estadual de acesso ao ensino técnico e acesso ao emprego. Esta é uma iniciativa que atende diretamente a demanda do empresariado pela qualificação de mão de obra com formação técnica e tecnológica, de forma a contribuir para a melhoria da competitividade sistêmica do estado.

De acordo com a Pnad/IBGE de 2013, a renda real média do trabalho em Rio Grande do Norte é de R$1.133,41, inferior a 16 Unidades da Federação. Além dos baixos rendimentos, o mercado de trabalho é caracterizado por alto desemprego (11,03%)[72], mais elevado que em 25 estados. No Rio Grande do Norte, a informalidade também é fator de preocupação, cerca de 25%[73] dos trabalhadores ocupados estavam em postos de trabalho informais em 2013. Ou seja, existe um hiato entre a renda per capita do Rio Grande do Norte e a do Brasil (R$ 1.490,088)[74], que se deve à baixa produtividade do trabalho no estado, e que pode ser ocasionada também pela baixa oferta de capital humano qualificado e pela elevada informalidade.

Os dados do INEP apontam para um crescimento no número de matrículas na educação Profissional Técnica no Rio Grande do Norte nos últimos anos. O esforço para o crescimento tem sido feito, mas não é suficiente para atender à demanda atual e futura de educação profissional e tecnológica para todas as regiões do estado, ampliando a competividade regional para a atração de novos negócios. Este esforço precisa ser feito de forma coordenada entre atores públicos e privados e com vistas ao aumento de vagas de acordo com as necessidades setoriais e territoriais.

Figura 11. Evolução nas matrículas da Educação Profissional Técnica no Rio Grande do Norte (2010-2014)



Fonte: INEP. Elaborado por Macroplan

OBJETIVO

Expansão da educação profissional e tecnológica, de forma coordenada (setores público, privado e Sistema S), com vistas ao aumento da oferta de vagas e do número de profissionais qualificados para os diversos setores econômicos do RN.

PÚBLICO ALVO

Jovens e adultos, de 15 a 24 anos de idade, que tenham concluído o ensino fundamental ou o ensino médio.

METAS INDICATIVAS DE RESULTADO

INDICADOR	PARTIDA	2020	2025	2030	2035
Porcentagem das matrículas do ensino técnico concomitante[75]	33,9%[76]	40,3%	43,6%	46,9%	50,0%
Porcentagem das matrículas do ensino técnico integrado[77]	11,7%[10]	19,0%	22,7%	26,2%	30,0%
Cobertura do ensino superior e técnico	22,2%[78]	50,2%	67,7%	80,1%	90,0%
Cobertura de pessoas com mais de 25 anos no ensino superior	8,3%[11]	11,6%	13,2%	15,9%	19,8%

FOCALIZAÇÃO TERRITORIAL

Distribuição em todo o território do Rio Grande do Norte, com concentração em cidades polo e de acordo com as vocações econômicas locais, refletindo o tamanho da população (acima de 14 anos) e com as carências diferenciadas no território.

[72] Fonte: OPE Sociais, com base na PNAD (2013).

[73] Fonte: PNAD (2013)

[74] Fonte: PNAD (2013)

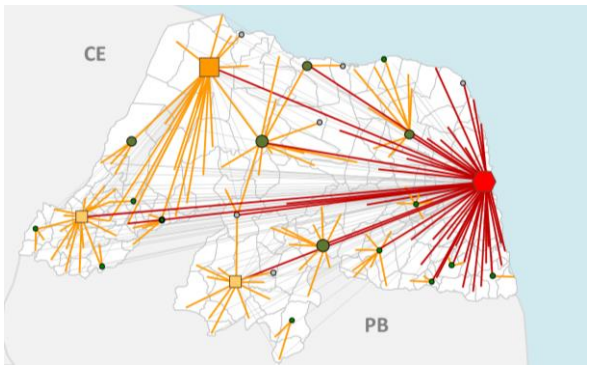
[75] Permite que o aluno ingresse no curso técnico enquanto ainda está cursando o ensino médio. Dessa forma, o curso técnico é realizado paralelamente ao ensino médio.

[76] 2013

[77] É integrado ao ensino médio, ou seja, o aluno faz simultaneamente o ensino médio e o curso técnico da área escolhida.

[78] 2010

Mapa 23. Rede de Cidades e Cidades Polo Rio Grande do Norte (Projeção 2035)



NATAL, MOSSORÓ, CAICÓ, PAU DOS FERROS, ASSÚ, CURRAIS NOVOS, JOÃO CÂMARA, MACAU E APODI.

Fonte: Projeção 2035. Elaboração Macroplan, com base nos dados do IBGE

PRINCIPAL INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC).

PARTES INTERESSADAS

Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia (SEDECT), Sistema S, Federações de Empresas do Rio Grande do Norte e Empresários.

ESCOPO E LINHAS DE AÇÃO PROPOSTAS

- Ampliar as oportunidades de acesso ao ensino técnico, por meio da oferta de mais vagas públicas e/ou de bolsas e vouchers para acesso a cursos em instituições privadas de reconhecida qualidade.
- Expandir e diversificar a oferta de cursos superiores e técnicos nas especialidades mais demandadas, a partir do levantamento das necessidades de mão de obra junto às empresas locais e do mapeamento das vocações econômicas do estado.
- Expandir, de forma coordenada (setores público, privado e Sistema S) da educação profissional e tecnológica, com vistas ao aumento da oferta de vagas na educação profissional e tecnológica na população de 15 a 24 anos;
- Ampliar vagas e localizar geograficamente os cursos oferecidos pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), para gerar maior efeito nas economias locais;
- Integrar o ensino técnico ao médio, promovendo a capacitação dos jovens e facilitando a entrada no mercado de trabalho;
- Usar as ferramentas Educação Básica e Profissional (EBEP) e *Junior Achievement* para qualificar o ensino profissionalizante, ligando-o ao ensino fundamental;
- Ampliar o acesso dos jovens a centros de pesquisa, ao acervo digital mundial e o uso de novas formas de aprendizado via internet.
- Estabelecer um sistema claro e comparável de avaliação do corpo docente e do desempenho discente e implementar um sistema comparável de avaliação de impacto para políticas relativas ao ensino técnico;
- Elaborar um sistema de reserva e/ou subsídio de vagas no ensino técnico para alunos com elevado potencial e baixo poder aquisitivo

RELAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS PARA REFERÊNCIA

- Programa Via Rápida Emprego, São Paulo

  Programa do Governo do Estado que oferece cursos básicos de qualificação profissional de acordo com as demandas regionais. O objetivo é capacitar gratuitamente a população que está em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho ou que deseja ter seu próprio negócio.



Foto 11. Estudantes do EBEP SESI/SENAI participam de mostra de ciência e tecnologia

PROJETO 3

ÁGUA NO SERTÃO: PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES À TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

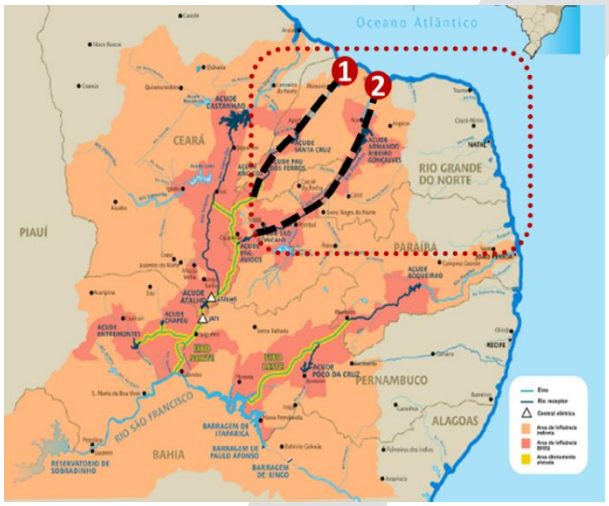
CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando os reservatórios com no mínimo 5 milhões de m³, o RN possui capacidade para armazenar 5 bilhões de m³ de água. Contudo, é um estado cujo clima é caracterizado por temperaturas elevadas durante todo o ano, baixas amplitudes térmicas, forte insolação e altas taxas de evaporação. Além disto, há acentuada variabilidade espacial e temporal da pluviometria, taxas negativas de balanço hídrico, predominância de solos cristalinos de baixa profundidade e reduzida capacidade de retenção de água[79].

Todos esses fatores associados fazem com que a escassez de recursos hídricos seja um dos problemas críticos do estado, que afeta a qualidade de vida de sua população e a competitividade das empresas locais, especialmente na região do semiárido. Há baixa disponibilidade hídrica, restringindo o consumo de água para uso humano e produtivo, especialmente nas regiões sul e sudoeste. O uso de adutoras e reservatórios minimiza os efeitos da estiagem, mas não resolve o problema da oferta.

A transposição do Rio São Francisco tem o potencial para modificar esse cenário, com dois canais que desaguarão no Rio Apodi e no Rio Piranhas-Açu (Mapa 24). Estima-se que a oferta de água nas regiões mais secas será dobrada e permitirá a manutenção de regularidade no abastecimento de canais e açudes.

Mapa 24.Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco



Fonte: Ministério da Integração Nacional. Adaptação Macroplan 2014

A intervenção traz a perspectiva de aumento da oferta de água para irrigação, agropecuária e consumo humano, com relevante contribuição para o desenvolvimento econômico do semiárido e para resiliência ambiental do estado. Somente em relação ao potencial agrário com o enriquecimento dos solos, estima-se potencial produtivo de cerca de 1 milhão de hectares agricultáveis.

Contudo, o aproveitamento da água que virá com a transposição dependerá também de investimentos internos, como a construção de barragens, açudes, perímetros irrigados, sistema de abastecimento, interligação de bacias e novas adutoras. Além disso, será necessária a implantação e operação de política de gestão de recursos hídricos que vise distribuir e regular a disponibilidade de água nas localidades beneficiadas pela chegada da transposição.

OBJETIVOS DO PROJETO

Expansão otimizada da reservação, adução, distribuição, utilização/reutilização e conservação de recursos hídricos; Conclusão da barragem de Oiticica; e Elaboração e gestão de Plano Diretor de expansão e gestão integrada de recursos hídricos, contemplando o aproveitamento da transposição do São Francisco.

PÚBLICO ALVO

Estima-se que cerca de 720 mil pessoas serão diretamente beneficiadas pelo abastecimento de água nos municípios vizinhos aos canais da transposição.

META INDICATIVA DE RESULTADO

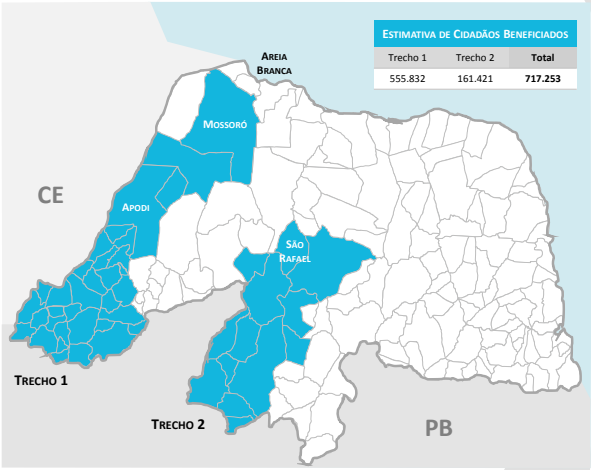
INDICADOR	PARTIDA	2020	2025	2030	2035
Área total irrigada (mil ha)	54,7[80]	67,9	84,7	105,6	132,6

- Além de ampliar a área total irrigada, o projeto almeja a regularização do abastecimento de água nas cidades.

FOCALIZAÇÃO TERRITORIAL

A transposição beneficiará principalmente as regiões de Caicó, Alto Apodi e grande parte da região Mossoroense (Mapa 25).

Mapa 25. Municípios vizinhos aos futuros canais de transposição



Fonte: Elaborado por Macroplan com base em dados do IBGE.

[79] AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Atlas Nordeste: abastecimento urbano de água: alternativas de oferta de água para as sedes municipais da Região Nordeste do Brasil e do norte de Minas Gerais. 2006.

[80] 2006

Principal Instituição responsável pela execução

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH).

Partes interessadas

Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE), Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIN), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC), Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária (SEARA), Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN) e Prefeituras Municipais.

Escopo e linhas de ação propostas

- Finalizar as obras estaduais de apoio à transposição do São Francisco, com conexão das bacias hidrográficas do estado;
- Finalizar as obras do Plano Mais Irrigação, preparando-as para se conectar com o canal da transposição;
- Concluir a Barragem de Oiticica e ampliar o número de barragens e açudes para aumentar a capacidade de reservação;
- Reforçar as ações de planejamento e gestão dos recursos hídricos e oferecer apoio técnico aos municípios mais atingidos pela seca;
- Avaliar as tubulações e demais modelos de condução dos recursos hídricos, mitigando perdas;
- Capacitar os beneficiários futuros em técnicas eficientes de irrigação, especialmente no agronegócio;
- Promover o reflorestamento de matas ciliares.
- Aperfeiçoar as capacidades de planejamento, monitoramento, gestão, gerenciamento e regulação dos recursos hídricos do estado.

Relação de boas práticas para referência

- Projeto de Gestão Integrada de Recursos Hídricos do Ceará (PROGERIRH), Ceará

  Tornou o estado em pioneiro na gestão dos recursos hídricos do Brasil. Dentre os objetivos do projeto estavam a redução da vulnerabilidade das populações de baixa renda à seca cíclica. Foram construídos reservatórios na zona rural, houve aumento da área coberta de vegetação e controle do escoamento e erosão em micro bacias críticas.

PROJETO 4

FORMAÇÃO DE BANCO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA ECONÔMICA, TECNOLÓGICA, SOCIAL E EM LOGÍSTICA

CONTEXTUALIZAÇÃO

Um problema que tem se agravado no Brasil ao longo dos últimos anos, principalmente em períodos de bonança de recursos, é a falta de capacidade em todos os níveis de governo, de elaborar em tempo hábil bons projetos que evitem, mitiguem ou resolvam problemas de infraestrutura, mobilidade, déficits de oferta ou má qualidade da prestação de serviços públicos e contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população. Uma consulta feita pelo Estado de Minas Gerais em três pastas (Turismo, Cidades e Justiça) mostrou que, entre 2008 e 2012, quase R$ 4 bilhões disponibilizados pelo governo federal a governadores e prefeitos retornaram aos cofres do Tesouro Nacional porque os demais entes federados tiveram problemas técnicos e não apresentaram propostas para aplicar esses recursos.

Dispor de bons projetos em tempo hábil é fator crítico de sucesso para acessar recursos disponíveis ou mobilizáveis em entes públicos, privados ou do terceiro setor. Para tal, é preciso antecipação o planejamento do Governo para elaborar e dispor de um "estoque" de bons projetos e, assim, sair na frente quando os recursos estiverem disponíveis. Um bom projeto deve conter formulações técnicas e econômicas e justificativa consistente que o qualifique bem. Deve também conter todos os elementos relacionados a sua execução e viabilidade técnica e financeira. *"A lei 8666 divide os projetos em duas categorias: Projeto Básico, que é composto de elementos que definem a obra ou serviço, ou complexo de obras e serviços, objeto de uma licitação, e que possibilita a estimativa de seu custo final e prazo de execução. E o Projeto Executivo, que se caracteriza por um conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra. " (Lei 8666/93).*

Tendo em vista a necessidade de aumento da competitividade do Estado do Rio Grande do Norte em captar recursos externos para investimentos em infraestrutura econômica, tecnológica, social e em logística, elaboração é importante e urgente a formação de um banco de projetos públicos robustos, uma vez que o governo federal e outras instituições de financiamento dão preferência a quem já os tem planejados.

OBJETIVO

Desenvolver a capacidade do Governo do Estado de identificar, formular, estruturar e dispor, em tempo hábil, projetos de investimento nas áreas de infraestrutura econômica, tecnológica, social e logística, organizados em um "estoque" de Projetos de Investimento para o estado.

PÚBLICO ALVO

Organizações financiadoras de projetos estruturantes: Linhas de financiamento do Governo Federal, bancos e instituições de fomento no Brasil e no exterior.

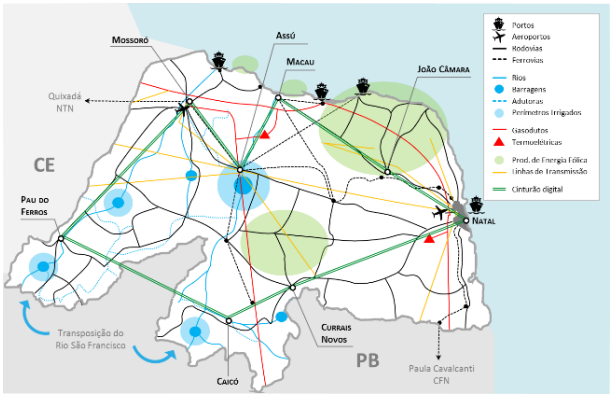
META INDICATIVA DE RESULTADO

INDICADOR	PARTIDA	2020	2025	2030	2035
Valor do Investimento Anual em Projetos no Estado (em R$ Bi)[81]	-	6,5	8,1	10,1	12,6

FOCALIZAÇÃO TERRITORIAL

Distribuição em todo o território do Rio Grande do Norte, concentrando maior esforço e foco das ações nos territórios com maior potencial locacional de equipamento de infraestrutura econômica, tecnológica, social e logística.

Mapa 26.Principais equipamentos de infraestrutura do Rio Grande do Norte – Projeção 2035



Fonte: Elaboração Macroplan, 2014.

PRINCIPAL INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

Secretaria de Estado de Planejamento e das Finanças (SEPLAN).

PARTES INTERESSADAS

Secretaria de Estado de Infraestrutura (SIN), Secretaria de Estado de Planejamento e das Finanças (SEPLAN), Prefeituras Municipais, empresas e instituições especializadas em estruturação de projetos, Governo Federal e bancos e instituições de fomento de projetos

[81] Valores do investimento anual, com base no melhor cenário do Mais RN, conforme apresentado no capítulo 11. Estimativa em reais de dez/2015.

Escopo e linhas de ação propostas

- Instituir, no Orçamento do Estado, um fundo de financiamento da elaboração de estudos e projetos técnicos e econômico financeiros de obras e de operações de interesse do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte.
- Realizar esforço intensivo e organizado para a formação de um estoque inicial de estudos e projetos técnico-econômicos prioritários para o desenvolvimento do estado a médio e longo prazos, a partir das indicações constantes no Mais RN.
- Adotar o planejamento integrado para identificar e antecipar necessidades de expansão e melhoria da infraestrutura.
- Implantar núcleo de planejamento e captação de recursos e estruturar fundo de financiamento para elaboração de projetos, a ser operado pela SEPLAN.
- Desenvolver e implantar metodologia integral de Gestão do Investimento Público, que esteja alinhada com as melhores práticas internacionais e amparada por regulamentação específica.
- Realizar estudos de viabilidade técnica e econômica para todas as oportunidades estruturantes identificadas pelo Mais RN.
- Criar força tarefa de alta capacitação técnica e com autonomia para promover a exploração das oportunidades identificadas.
- Aprimorar a metodologia de gerenciamento e monitoramento de projetos de investimentos públicos, com vistas a ampliar a taxa de execução.
- Reduzir tempo de viabilização e implantação de investimentos por meio da formulação e modelagem de projetos em cooperação com entidades públicas não estatais;
- Aprimorar o arcabouço legal do Estado para permitir a expansão dos projetos em Parceria Público e Privada.

Relação de boas práticas para referência

- Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, São Paulo

  Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – Investe São Paulo – tem como objetivo para promover o ambiente de negócios e a melhoria da competitividade do Estado.

- Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP), Brasil

  Tem por missão desenvolver tecnicamente projetos de infraestrutura criando oportunidades de investimento para o setor privado. Apoia o setor público na estruturação de modelos de licitação, na definição das condições de financiamento, na preparação e divulgação de editais e no acompanhamento de processos licitatórios, além de dar suporte às negociações finais com o proponente vencedor até a assinatura final do contrato.

PROJETO 5

SIMPLIFICA RN: MELHORIA DO AMBIENTE INSTITUCIONAL PARA EMPRESÁRIOS E INVESTIDORES

CONTEXTUALIZAÇÃO

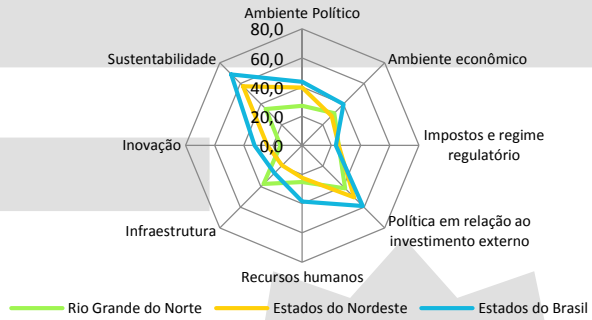
O dinamismo do ambiente de negócios possui dependência direta da regulação governamental. Países que possuem regras desburocratizadas e estáveis, apresentam melhores resultados econômicos. Fatores como previsibilidade e transparência de regras, número de procedimentos e tempo em dias para se abrir um negócio, número de taxas pagas anualmente e a porcentagem que essas taxas representam do lucro das empresas são alguns exemplos que podem provocar um entrave para o desenvolvimento econômico. Além da desburocratização, há ainda outras formas de incentivos para aumentar a competitividade, como o apoio aos Arranjos Produtivos Locais e a provisão de infraestrutura necessária.

Desde o ano de 2002, o Banco Mundial atualiza e divulga, anualmente, o ranking *Doing Business*, relacionando 189 países de acordo com a facilidade de se fazer negócios. São considerados os aspectos de "Abertura de Negócios", "Permissão para Construção", "Obtenção de Eletricidade", "Registro de Propriedade", "Obtenção de Crédito", "Proteção à Investidores Minoritários", "Pagamento de Taxas", "Cumprimento de Contratos", e "Resolução de Insolvências". Em 2015, o Brasil ocupou a posição 120, enquanto Singapura, Nova Zelândia e Hong Kong, respectivamente, lideraram as 3 primeiras posições. Para se abrir um negócio no Brasil, leva-se em média 102,5 dias, com a exigência de 12 procedimentos. Comparativamente, nos membros da OCDE (organização internacional composta por países desenvolvidos, com elevado PIB per Capita e IDH) leva-se em média apenas 9,2 dias e 4,8 procedimentos.

Dado o contexto global e as características históricas brasileiras, destaca-se a relevância ainda maior que a desburocratização do ambiente de negócios assume nacionalmente. Governos estaduais que estabelecem incentivos para a dinâmica econômica ganham vantagem comparativa na atração de investimento privado em relação a outros estados. Esses investimentos são fundamentais para promoção do desenvolvimento, uma vez que aumentam o número de empregos e a renda per capita da região.

A avaliação do Índice de Competitividade, elaborado pelo Centro de Liderança Pública, em 2012, indicou dificuldades no ambiente de negócios do Rio Grande do Norte. O estado ocupou a 21º posição no ranking do Brasil, e a 7º no ranking do Nordeste. Nos aspectos "Inovação", "Política em Relação ao Investimento Externo" e "Sustentabilidade", apresenta resultados inferiores ao Brasil e Nordeste. Apesar disso, supera a média brasileira em "Infraestrutura" e iguala em "Impostos e Regime Regulatório". Em comparação com o Nordeste, é superior em "Infraestrutura" e fica pouco à frente em "Ambiente Econômico".

Figura 12. Índice de Competitividade



Fonte: Centro de Liderança Pública (2012)

Além disto, a avaliação das iniciativas de fomento do estado indica que o Rio Grande do Norte foi o Estado que apresentou o menor valor de renúncia fiscal na LDO (COTEPE) em relação à receita em 2012, representando apenas 6,7% da receita de ICMS. Ambos Estados vizinhos – Ceará e Paraíba – cederam o equivalente à 13,7% e 18%, respectivamente.

No que diz respeito à promoção de negócios, o mais provável é que Rio Grande do Norte continue a enfrentar acirrada concorrência por investimentos públicos e privados, especialmente com os Estados do Ceará e Pernambuco, que também ampliarão seus esforços de promoção de investimentos estruturantes e empreendimentos produtivos, seja por meio de incentivos fiscais ou por ganhos de competitividade sistêmica. Independente da estratégia adotada, a forte concorrência regional é certa para os principais setores instalados no estado. Em resumo, é um ambiente de negócios pouco atraente e com muitas barreiras burocráticas ou regulatórias, desestimulando investidores. Portanto, torna-se urgente a implantação de um projeto com foco na melhoria do ambiente de negócios.

OBJETIVO

Melhoria da competitividade e do ambiente de negócios do estado do Rio Grande do Norte, com foco na desburocratização para atrair investimentos, através da simplificação das obrigações acessórias e racionalização tributária, transparência no contencioso administrativo-tributário e estabilidade das regras que interferem nos negócios.

Público alvo

Empresários atuais dos 47.247[82] estabelecimentos do Rio Grande do Norte e empresários potenciais que desejam investir futuramente no estado.

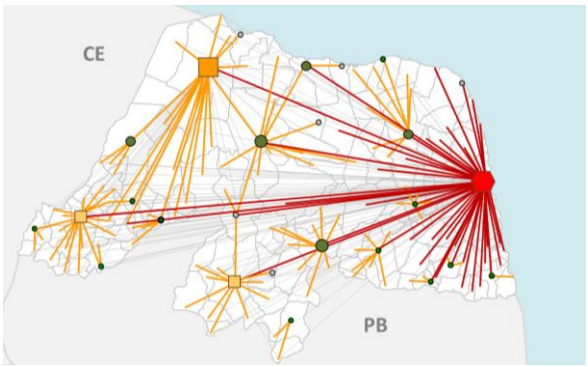
Meta Indicativa de Resultado

Indicador	Partida	2035
Nota geral obtida no Índice de Competitividade do Centro de Liderança Pública	29,7[83]	58,8

Focalização territorial

Todo o território do estado do Rio Grande do Norte, com concentração de maior esforço e foco das ações em Natal e nas cidades polo: Mossoró, Caicó, Pau Dos Ferros, Assú, Currais Novos, João Câmara, Macau e Apodi.

Mapa 27. Rede de Cidades do Rio Grande do Norte



Fonte: Projeção 2035. Elaboração Macroplan, com base nos dados do IBGE

Principal Instituição responsável pela execução

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC).

Partes interessadas

Secretarias de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC), Secretaria de estado da Tributação (SET), Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN), Secretaria de Estado de Infraestrutura (SIN), Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos (SEARH), Secretaria de Estado e da Cultura (SEEC), Prefeituras Municipais, Associações Comerciais, Junta Comercial e Federações de Empresas do Rio Grande do Norte.

Escopo e linhas de ação propostas

- Aperfeiçoar e detalhar a política industrial do Estado visando a promoção ativa do desenvolvimento econômico e das potencialidades estaduais;
- Ampliar esforços de desburocratização e melhoria do ambiente de negócios, para atração e manutenção de novas empesas no território, respeitando o equilíbrio fiscal;
- Constituir agenda estratégica compartilhada entre setor público e privado para a melhoria do novo ambiente econômico;
- Promover a integração de ações da Junta Comercial com os órgãos de Licenciamento;
- Apoiar o fortalecimento das empresas potiguares de porte médio;
- Promover apoio a investidores, atendimento a delegações estrangeiras e missões ao exterior;
- Impulsionar a absorção e geração de inovações;
- Apoiar as ações de empreendedorismo de base tecnológica e atrair empresas de perfil inovador;
- Aperfeiçoar a infraestrutura a logística de transporte, telecomunicações, abastecimento de água e energia;
- Ampliar o apoio ao crescimento de MPEs no estado, expandindo os programas de formação em gestão de negócios e inovação;
- Estimular o aumento da produtividade, mediante formação e qualificação dos trabalhadores e implementação de novas tecnologias;
- Promover o desenvolvimento da indústria local e do adensamento das cadeias produtivas com maior potencial no estado.

Relação de boas práticas para referência

- Projeto Estruturador Descomplicar, Minas Gerais

  Com o objetivo de aumentar a competitividade das pequenas e médias empresas do estado o governo criou um modelo simplificado de abertura de empresas denominado “Minas Fácil” e investiu em ações voltadas para a simplificação das relações entre o Estado e o Cidadão e o próprio Estado.

- Programa Juro Zero, Santa Catarina

  Linha de crédito específica para micro e pequenos empresários (Juro Zero), visando incentivar a formalização e garantir maior estabilidade ao micro e pequeno empresário. Além disso, durante esse período o empreendedor conta com orientação de agentes de desenvolvimento e inovação sobre como gerir seu negócio.

- Dados Abertos, EUA

  Criação do site data.gov pela administração federal dos EUA, que tem a função de ser um repositório de bancos de dados oficiais completos, primários e atuais, que permitem processamento automático, visando promover o desenvolvimento de serviços e aplicativos on-line de utilidade pública por terceiros.

[82] Rais (2014)

[83] 2012

PROJETO 6

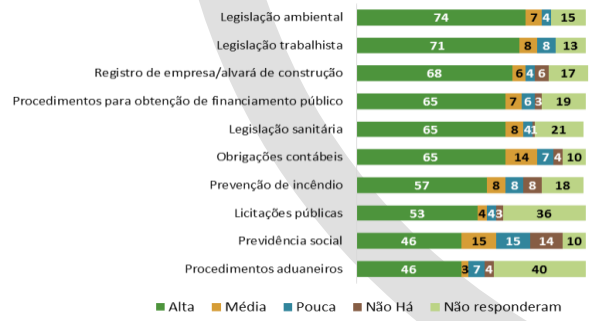
ACELERANDO O INVESTIMENTO NO RN: AGILIZAÇÃO E AUMENTO DA PREVISIBILIDADE DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS

CONTEXTUALIZAÇÃO

No diagnóstico do Mais RN, foi evidenciado que o processo de licenciamento e renovação de licenças para empreendimentos produtivos tem ritmo muito lento, com prazos imprevisíveis e com excessivas exigências burocráticas e esta é uma das principais razões alegadas pelos empresários para atrasos de execução e perda de atratividade do estado para a implantação dos investimentos produtivos.

De acordo com sondagem realizada pela FIERN em 2012, ilustrada no gráfico a seguir, os empresários consideram que a "Legislação Ambiental" é a maior restrição burocrática às empresas que operam ou que pretendem investir no estado. Dos entrevistados, 74% consideraram a Legislação Ambiental de alto impacto negativo, o que leva os empresários a defenderem a redução da burocracia ligada à legislação ambiental para melhorar o ambiente de negócios no estado.

Gráfico 25. Impacto da Burocracia nas Áreas das Empresas - % de Respostas



Fonte: FIERN, 2012

Adicionalmente, consulta aos empresários e formadores de opinião realizada no Projeto Mais RN[84] confirma amplamente a percepção da sondagem e destaca os estrangulamentos na infraestrutura e logística. A gestão ambiental é classificada como um dos principais entraves à competitividade e ao ambiente de negócios do Rio Grande do Norte, somada às limitações do sistema de incentivos fiscais estaduais.

De acordo com a maioria dos entrevistados, os órgãos da área ambiental não criam um ambiente favorável aos investimentos e ao empresariado, além de serem muito lentos e cartoriais, atrasando a análise e a liberação de licenças para os projetos em quase todos os setores. Ainda, a falta de instrumentos de gestão ambiental, como um zoneamento ecológico-econômico (incompleto e ausente para algumas áreas) dificulta o licenciamento e a regularização de atividades em setores como o da salicultura e da carcinicultura. Vale ressaltar que, em 2013, o IDEMA estimou que os investimentos paralisados por falta de estrutura técnica de análise da instituição chegavam ao valor de R$ 40 bilhões[85].

Desta forma, fica evidente que, no estado do Rio Grande do Norte, o licenciamento e renovação de licenças opera em ritmo lento e com excessivas exigências burocráticas e reduzindo a atratividade e velocidade de investimentos produtivos. Desta forma, faz-se necessário uma maior agilidade e previsibilidade dos licenciamentos ambientais, de modo a reduzir esta desvantagem competitiva do estado.

OBJETIVO

Agilizar a avaliação de processos de licenciamento, por meio de redução da burocracia, de maior clareza nas informações disponibilizadas e na preparação e conscientização dos empresários.

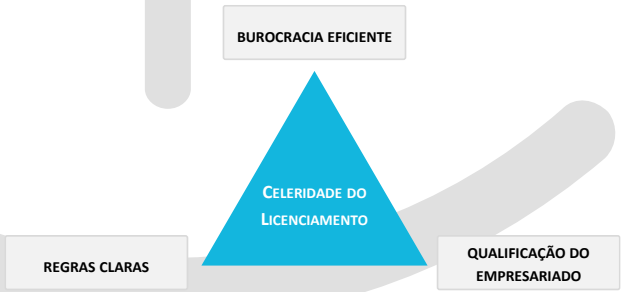
PÚBLICO ALVO

Empresários e investidores que atuam e que têm o interesse de atuar no Rio Grande do Norte.

META INDICATIVA DE RESULTADO

Agilizar a avaliação de processos de licenciamento através do tripé redução da burocracia, maior clareza nas informações disponibilizadas, e preparação e conscientização dos empresários.

Figura 13. Tripé para a celeridade do licenciamento ambiental de empreendimentos produtivos



Fonte: IDEMA, UFPB, UFRN

FOCALIZAÇÃO TERRITORIAL

Regiões do estado com investimentos produtivos em execução e em potencial.

PRINCIPAL INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos.

[84] Foram realizadas cerca de 67 entrevistas presenciais e consulta web com 99 participantes nos meses de agosto a outubro cujas conclusões estão no Relatório FIERN/Governo do Estado/Macroplan – Outubro 2013

[85] Tribuna do Norte, disponível em: http://tribunadonorte.com.br/noticia/licenca-ambiental-nao-e-impeditivo-para-economia-diz-diretor-do-idema/258806

PARTES INTERESSADAS

Empresários e investidores que atuam e que têm o interesse de atuar no Rio Grande do Norte, principalmente os que participam da construção de grandes empreendimentos; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), órgão estadual do RN; Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN), Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos (SEARH), Secretaria de Estado da Saúde (SESAP), Secretaria de Estado da Tributação (SET), Secretaria de estado do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIN), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC), secretarias municipais de Planejamento e Gestão, Saúde, Fazenda, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Social, Transportes, Obras Públicas e Meio Ambiente; Ministério do Meio Ambiente; ONG's envolvidas com defesa do meio ambiente.

ESCOPO E LINHAS DE AÇÃO PROPOSTAS

- Atualizar e descomplicar a legislação ambiental estadual e estabelecer prazo limite para concessão de licenciamentos para empreendimentos produtivos;
- Implantar processo de coordenação do licenciamento e da fiscalização ambiental altamente qualificado, operando como um "hub" em todo o estado;
- Capacitar os servidores municipais quanto às legislações ambientais federais e estaduais pertinentes;
- Informatizar completamente os processos de licenciamento e facilitar o acesso dos interessados ao andamento dos processos;
- Promover capacitação do empresariado e das empresas em licenciamento e gestão ambiental;
- Criar um canal de comunicação efetiva para consulta e resolução de dúvidas quanto às exigências para o licenciamento ambiental;
- Divulgar resultados das ações realizadas, quanto à transparência dos processos e confiabilidade no cumprimento de prazos.

RELAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS PARA REFERÊNCIA

- Programa Capacitação de Gestores Municipais para apoio à gestão ambiental municipal do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Rio de Janeiro;
- Cursos de Capacitação dos Municípios para a Gestão Ambiental abordando diversos temas, como licenciamento, controle ambiental, fiscalização, gerenciamento costeiro e regularização ambiental rural, entre muitos outros.

PROJETO 7

RN ALÉM DA CAPITAL: APOIO À MELHORIA DO DESEMPENHO DAS ADMINISTRAÇÕES DOS POLOS REGIONAIS

CONTEXTUALIZAÇÃO

É nas cidades que os cidadãos satisfazem suas necessidades básicas e têm acesso a bens públicos essenciais. A cidade é também onde ambições, aspirações e outros aspectos materiais e imateriais da vida são realizados, proporcionando satisfação e felicidade[86].

As cidades têm grande importância na implantação de uma gestão pública eficaz e eficiente, uma vez que são o primeiro nível de responsabilidade na cadeia de implementação de políticas públicas. No Brasil, há uma tendência de interiorização, isto é, as cidades do interior têm apresentado maior crescimento do que as capitais dos estados. Esta tendência fica evidenciada no país quando se considera que o crescimento médio das capitais dos estados no Brasil foi de 64% entre 2003 e 2007, enquanto que o crescimento médio das cidades que não são capitais foi de 52%. Por outro lado, entre 2008 e 2012, o crescimento das capitais foi de 47%, contra 50% das cidades que não são capitais[87].

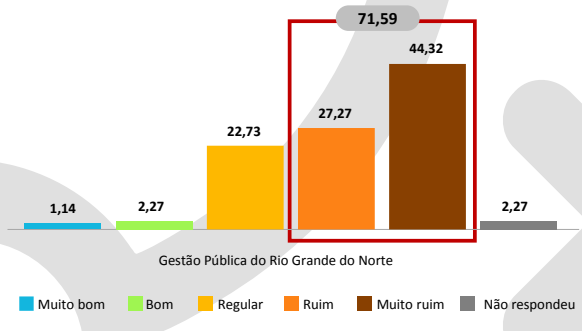
Para dar suporte ao potencial de crescimento das cidades do interior do estado do Rio Grande do Norte, de modo a alavancar o crescimento do estado como um todo, deve-se obter um mínimo de concertação para realizar um esforço conjunto dos principais atores envolvidos, para concretizar investimentos sustentáveis nos polos regionais, com potencial de geração de um efeito cascata sobre os municípios de entorno.

Atualmente, a rede de cidades do Rio Grande do Norte é polarizada principalmente pela capital, mas possui também diversas centralidades regionais, com distintas escalas, destacando-se Mossoró, a segunda maior cidade do estado. O investimento no espraiamento do desenvolvimento nas diversas regiões passa necessariamente pelas cidades polo – Mossoró, Caicó, Currais Novos, Pau dos Ferros, Assú, João Câmara, Macau e Apodi –, que necessitam de apoio para ampliar seu potencial de desenvolvimento. Estas cidades, conjuntamente, são responsáveis por 17,1% da população do Rio Grande do Norte[88] e 19,8% do PIB[89].

Considerando o poder de influência dessas cidades nas regiões do entorno, é fundamental aumentar a eficiência e melhorar a capacidade de gestão dessas municipalidades. Para tal, valem algumas premissas: (1) qualquer projeto para o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte, passa crucialmente pela melhoria da gestão dos municípios e (2) a melhoria da eficiência da gestão municipal irá impactar diretamente nos resultados das políticas públicas municipais, estaduais e federais. O enfoque deve estar, portanto, na melhoria da capacidade de planejamento e execução de projetos e ações das prefeituras e na atração de investimentos produtivos para estes territórios.

Além disso, um dos pontos fundamentais para o desenvolvimento econômico consiste no aumento da confiança dos empresários e investidores e na cooperação entre o governo e este grupo para melhoria da gestão pública. Em uma pesquisa feita com empresários, constata-se a gravidade da gestão pública, estadual e municipal, do Rio Grande do Norte: 44,3% avaliam a gestão pública como "Muito ruim", percentual que sobe para 71,6% quando se soma "Ruim" e "Muito ruim".

Gráfico 26.Gestão Pública do Rio Grande do Norte (%)



Fonte: Pesquisa Web, Projeto Mais RN, outubro 2013.

OBJETIVO

Aumentar a atratividade e volume de investimentos nas cidades polo e suas regiões de influência.

PÚBLICO ALVO

População das cidades que são polos regionais e das que pertencem ao entorno de influência. Somente nas cidades polos regionais, este projeto tem o potencial de afetar aproximadamente 583.763 pessoas[90].

METAS INDICATIVAS DE RESULTADO

Geração de negócios, emprego e renda a partir dos polos regionais e pela geração de um efeito cascata nos seus entornos de influência.

- Estimular a desconcentração coordenada da rede de cidades;
- Ampliar o acesso à internet para toda a população, passando de 37% de cobertura em 2011 para 100% de cobertura a partir de 2025;
- Ampliar o acesso ao celular para toda a população, passando de 67% de cobertura em 2011 para 100% de cobertura a partir de 2025;

FOCALIZAÇÃO TERRITORIAL

Este projeto terá como foco principal os municípios polos regionais – Mossoró, Pau dos Ferros, Caicó, Assú, Currais Novos, João Câmara, Macau e Apodi – e, como consequência, espera-se um efeito cascata de desenvolvimento em seus entornos de influência.

PRINCIPAL INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte.

[86] (ONU HABITAT, State of the World´s Cities Report 2012-2013)

[87] Elaborado pela Macroplan, 2015. Com base em dados do IBGE.

[88] Estimativa IBGE para 2014

[89] IBGE, 2012

[90] Estimativa IBGE para 2014

Partes interessadas

Prefeitura dos municípios dos polos regionais, por meio das Secretarias Municipais de Planejamento e Gestão, Fazenda e Obras; Governo do Estado do Rio Grande do Norte através das Secretarias Estaduais de Planejamento e das Finanças (SEPLAN), da Administração e dos Recursos Humanos (SEARH), da Tributação (SET); empresários locais dos polos regionais; associações regionais de empresários (associações de comércio, bancos, de indústrias específicas), FIERN e Sebrae-RN.

Escopo e linhas de ação propostas

- Elaborar, negociar e induzir projetos de desenvolvimento nos polos, com base em potencialidades regionais e locais;
- Ampliar a capacidade de prestação de serviços públicos e privados que dão suporte ao desenvolvimento econômico;
- Desenvolver malhas logísticas, redes de distribuição de energia, água, rede de telefonia móvel e acesso à internet;
- Incentivar a cooperação de atores privados e públicos, visando a resolução de problemas ou aproveitamento de oportunidades de desenvolvimento;
- Induzir arranjos institucionais público-privados mediante políticas de financiamento de projetos;
- Desenvolver o potencial econômico por meio da melhoria dos serviços públicos essenciais;
- Profissionalizar o atendimento dos municípios ao investidor potencial e ao setor empresarial já instalado.

Relação de boas práticas para referência

- Programa de Treinamento para Gerentes de Projetos, França

  Parceria com entidades de ensino, um programa de treinamento para melhorar as competências dos gestores

PROJETO 8

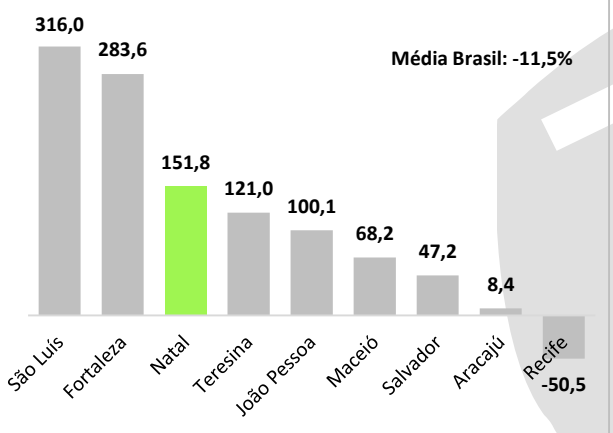
MAIS SEGURANÇA PARA O RN: REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA NO ESTADO

CONTEXTUALIZAÇÃO

A violência urbana alastrou-se pela sociedade brasileira entre o final do século XX e o começo do XXI. Em particular, aumentaram as diversas modalidades de crimes violentos, assim como as formas de sua manifestação. O incremento da criminalidade deve-se a diversos fatores de ordem econômica, social, política e administrativa que se intensificaram a partir da década de 1970.

Em um fenômeno análogo ao vivenciado por diversas cidades do Nordeste, Natal vive uma escalada da violência, que afeta todo o ambiente econômico e também os negócios. O gráfico 1 ilustra o crescimento percentual das taxas de óbitos[91] por armas de fogo em Natal, comparadas com as demais capitais do Nordeste e com a média nacional, no período de 2002 a 2012. Natal aparece com a terceira maior taxa de crescimento no período: 151,8%. A despeito do aumento observado em outras capitais, ressalta-se a redução ocorrida em Recife ou São Paulo, indicando que a implantação de uma boa política de segurança pública pode trazer resultados bastante favoráveis para a economia e sociedade.

Gráfico 27. Crescimento % das taxas de óbitos por Armas de Fogo (2012/2002)



Fonte: Mapa da Violência 2015. FLACSO Brasil.

Esse aumento dos casos observados em Natal levou a cidade a sair, em 2002, da vigésima segunda posição para figurar, em 2012, como quinta pior capital do Brasil em número de óbitos totais por arma de fogo: 50,4 óbitos por 100 mil habitantes, valor bastante superior à média nacional de 31,2 por 100 mil[92].

Essa piora é característica da região metropolitana de Natal e de algumas cidades do interior. Ao se comparar as maiores taxas de homicídios[93] em municípios do Rio Grande do Norte com as de capitais selecionadas do Nordeste e com a de São Paulo, observam-se indicadores desfavoráveis em alguns municípios potiguares. Macaíba (na RMN), aparece com a pior taxa, 117,8 homicídios por 100 mil habitantes[94], seguido de Baraúna (interior), S.J de Mipibu e Nísia Floresta (ambos na RMN), só então aparece uma capital do Nordeste: Fortaleza. No total, oito municípios do Rio Grande do Norte apresentam percentual de homicídios por 100 mil habitantes superior à média nacional de 26,2 por 100 mil. No agregado, o Rio Grande do Norte teve 28,8 óbitos por arma de fogo, em 2012. Esta taxa é 2,4 vezes superior à de São Paulo (11,9 por 100 mil).

Para promover a melhoria desses índices, é necessário que ocorra a promoção da segurança pública por meio de equipamentos de gestão e da prestação de serviços. No entanto, o Rio Grande do Norte apresenta o menor percentual de municípios atendidos por cada um dos quatro principais equipamentos de segurança – guarda municipal, gestão da segurança[95], presídios e corpo de bombeiros –, quando comparado à Bahia, ao Ceará, à Pernambuco, à Paraíba, com a média do Nordeste e com a média do Brasil.

O aumento da violência nos patamares atuais do Rio Grande do Norte, um estado com vocação turística, gera aumento da sensação de insegurança e provoca a redução no fluxo de turistas para o estado. Além do turismo, notória vocação do estado, as demais atividades econômicas da região metropolitana de Natal e das principais cidades polo do estado dependem de um ambiente seguro para seu desenvolvimento. A ocorrência de crimes contra trabalhadores no trajeto para o trabalho e roubos a empresas e estabelecimentos comerciais pode contribuir negativamente sobre a atratividade dessas cidades à instalação e retenção de empreendimentos e empresas.

OBJETIVO

Redução da criminalidade no RN, especialmente na Região Metropolitana de Natal e nas oito cidades polo do estado: Mossoró, Pau dos Ferros, Caicó, Assú, Currais Novos, João Câmara, Macau e Apodi.

PÚBLICO ALVO

Cerca de 1,5 milhões de habitantes da região metropolitana de Natal e cerca de 600 mil habitantes das oito cidades polo, incluindo Baraúnas, por ter a segunda maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes no estado.

[91] Óbitos por 100mil habitantes.

[92] Mapa da Violência 2015. FLACSO Brasil

[93] Homicídios por 100mil habitantes.

[94] Fonte: Mapa da Violência 2013. FACSO Brasil.

[95] São considerados os municípios com quaisquer dos seguintes órgãos de segurança: secretaria municipal exclusiva, secretaria municipal em conjunto com outras políticas, setor subordinado a outra secretaria, setor subordinado diretamente à chefia do Executivo, órgão da administração indireta.

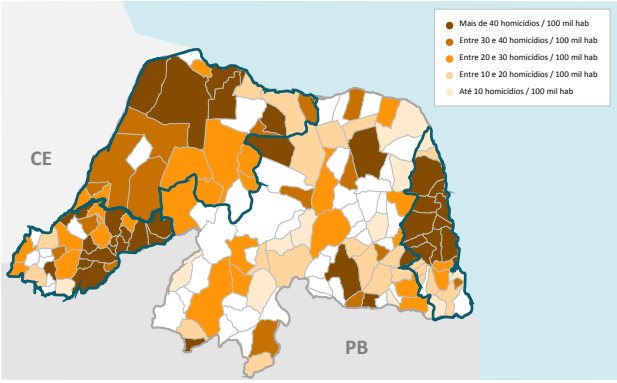
Meta Indicativa de Resultado

Indicador	Partida	2020	2025	2030	2035
Taxa de homicídios no estado (a cada 100 mil habitantes)	22,9[96]	17,1	13,5	11,0	9,0

Focalização Territorial

Região Metropolitana de Natal e cidades com maiores índices de homicídios por 100 mil habitantes, principalmente no Litoral Oriental, na zona Mossoroense e no Alto Apodi, conforme assinalado no mapa 28.

Mapa 28.Número de Homicídios por 100.000 habitantes - Municípios do RN (2013)



Fonte: DATASUS - MS/SVS/CGIAE e IBGE. Elaborado por Macroplan

Principal Instituição Responsável pela Execução

Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESED).

Partes Interessadas

Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESED), Secretaria de estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN), Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), Prefeituras Municipais, Poder Judiciário e Ministério Público

Escopo e Linhas de Ação Propostas

- Elaborar diagnósticos precisos sobre a violência urbana na região metropolitana de Natal e nas cidades com maiores índices de violência;
- Aperfeiçoar o plano estadual de segurança visando aprimorar a agenda de ações voltadas para os problemas específicos das regiões mais violentas;
- Implantar a gestão para resultados na Secretaria de Segurança Pública e nas polícias, com ações orientadas e gerenciadas por metas e prioridades relacionadas à redução de índices de violência contra o cidadão e o patrimônio;
- Implantar mecanismos que integrem as ações de inteligência das polícias, Ministério Público e Tribunal de Justiça;
- Integrar e compartilhar informações entre as polícias, visando otimizar efetivos e aprimorar operações nas cidades de maior concentração de criminalidade;
- Investir em inteligência policial, centralização dos sistemas de informação, bancos de dados unificados e monitoramento via vídeo;
- Identificar e avaliar iniciativas promissoras de outros estados, e adaptá-las às condições do RN;
- Disseminar ações focadas na prevenção à violência urbana, em especial aqueles destinados aos jovens nas áreas de maior risco e vulnerabilidade social;
- Consolidar juizados especiais cíveis e criminais, com forte suporte de tecnologia de informação, e reprimir pequenas infrações de forma rápida e eficiente;
- Envolver as municipalidades na prevenção ao crime, por meio de ações de desenvolvimento social e melhoria da qualidade do espaço urbano;
- Engajar a sociedade no combate à criminalidade, conforme "pacto pela vida" de Pernambuco.

Relação de Boas Práticas para Referência

- Pacto pela Vida (PPV), Pernambuco

  As reflexões em torno da questão da segurança no estado levaram a criação de mais de uma centena de projetos em diferentes áreas: Repressão Qualificada; Aperfeiçoamento Institucional; Informação e Gestão do Conhecimento; Formação e Capacitação; Prevenção Social do Crime e da Violência e Gestão Democrática.

- Redução da Criminalidade, São Paulo, Brasil

  Diversas medidas implantadas pelo governo: aumento do orçamento médio destinado à área de segurança pública, intensa ação de apreensão de armas ilegais, intensificação do policiamento preventivo (melhoria da gestão policial, policiamento inteligente, viaturas de policiamento preventivo) e aumento da investigação especializada de homicídios pelo DHPP (Departamento Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa) e setores de homicídios das delegacias seccionais de polícia.

[96] 2010

PROJETO 9

MELHORIA DA MOBILIDADE DE PESSOAS E CARGAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

CONTEXTUALIZAÇÃO

O deslocamento de pessoas, especialmente entre a residência e o trabalho, é uma fonte de preocupação das grandes cidades atualmente e um dos indicativos de qualidade de vida. A demora na adoção de medidas apropriadas, tanto corretivas no curto prazo quanto planejadas para o longo, reduz a produtividade das cidades e, consequentemente, sua competitividade.

Várias ações a serem tomadas passam por investimento em infraestrutura de transportes. Porém, há ainda outras que podem ser realizadas no campo da gestão do sistema de transportes, o que resultará em ganhos de eficiência e eficácia, além da melhoria da qualidade nos serviços prestados à população.

A região metropolitana de Natal vem apresentando crescimento do tempo de deslocamento médio residência-trabalho. Há insuficiência da rede de média e alta capacidade de transporte metropolitano em meio ao crescimento e aumento da renda da cidade. Verifica-se que a malha ferroviária é de baixa densidade e está praticamente desativada. É uma malha de baixa qualidade e que, atualmente, está com saturação da capacidade no trecho que opera. Além disso, há dificuldade de acesso viário ao porto de Natal, que possui demanda elevada para o escoamento de cargas. Também, o novo aeroporto tem potencial de expansão de suas atividades que demandará ampliação das vias de acesso para aumento do fluxo de cargas e pessoas.

Mapa 29.Conexões Rodoferroviárias e Regiões Carentes de Integração



Fonte: Prefeitura Municipal de Natal.

Investir no transporte público e em obras de mobilidade urbana ameniza os impactos negativos das aglomerações. Ademais, como uma metrópole de nova escala, a Região Metropolitana de Natal precisa repensar seu modelo de crescimento em função de: saturação viária, eixos de mobilidade, gestão da verticalização integrada com os corredores de transporte, localização dos ativos urbanos e a sua integração na cidade e adoção de boas práticas das "smart cities" (cidades conectadas).

OBJETIVO

Melhorar a mobilidade nas cidades da região metropolitana de Natal, com redução do tempo médio do transporte de cargas e de deslocamento das pessoas residência-trabalho, melhorando a qualidade de vida da população e contribuindo para a competitividade das cidades da região, contribuindo para a competitividade da economia local e sua atratividade para novos negócios.

PÚBLICO ALVO

População da região metropolitana de Natal, estimada em 2.951.035 de habitantes[97].

META INDICATIVA DE RESULTADO

INDICADOR	PARTIDA	2020	2025	2030	2035
Tempo médio de deslocamento na região metropolitana de Natal	31 MIN[98]	28 MIN	27 MIN	25 MIN	24 MIN

FOCALIZAÇÃO TERRITORIAL

Concentração nas cidades de médio e grande portes, especialmente nos municípios da Região Metropolitana de Natal onde se registra a menor mobilidade no estado e maior demanda por transporte de carga.

PRINCIPAL INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

Secretaria de Estado dos Transportes (ST).

PARTES INTERESSADAS

Secretaria de Estado do Transporte (ST); Secretarias municipais de urbanismo e mobilidade.

ESCOPO E LINHAS DE AÇÃO PROPOSTAS

- Elaborar diagnósticos prospectivos sobre mobilidade urbana nas cidades médias e na RM de Natal;
- Melhorar a gestão do sistema de transporte e trânsito, com reestruturação, racionalização e ênfase nas soluções de média e alta capacidade e integração dos modais;
- Alinhar os projetos de mobilidade com a qualidade do espaço urbano, em perspectiva de longo prazo;
- Antecipar-se aos problemas futuros de desenvolvimento econômico, social e urbano, desenvolvendo estudos e adotando o planejamento de longo prazo;
- Revitalizar os centros das cidades, reduzir ocupações irregulares e adotar política de habitação de baixa renda alinhada com a política urbana;
- Promover ações focadas no aproveitamento do aeroporto de Natal, ampliação da capacidade de acesso ao Porto de Natal e integração viária de Natal com os principais mercados regionais.

RELAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS PARA REFERÊNCIA

- Implantação da Linha Verde, Prefeitura de Curitiba

  A construção da linha verde teve como objetivo a modernização do transporte, integrando 10 bairros separados pela antiga rodovia federal e consolidando um novo eixo de desenvolvimento na cidade de Curitiba.

[97] Fonte: IBGE - Estimativas da população residente (2014)

[98] 2010

PROJETO 10

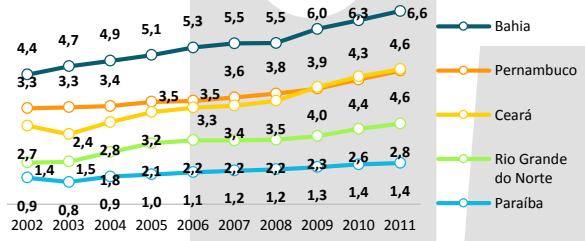
MAIS TURISMO NO RN: MELHORIA DA QUALIDADE DAS CIDADES TURÍSTICAS

CONTEXTUALIZAÇÃO

A boa reputação do RN e de Natal como destino turístico, assim como o destaque internacional dado durante a Copa do Mundo deverão auxiliar o estado a recuperar, até 2020, o fluxo de turistas registrado em 2006. Em paralelo ao aumento ocorrido na renda/demanda somado ao aumento recente do dólar devem sustentar o crescimento moderado dos desembarques nacionais. Por isso, é preciso que o Estado inove em seu apoio a esse importante segmento da economia potiguar, de forma a garantir que seja aprimorada a infraestrutura turística e preservados os ativos naturais e atrativos turísticos existentes..

Entre 2002 e 2011, o fluxo de turistas para o Rio Grande do Norte dobrou, passando de 1,4 milhão para 2,8 milhões de turistas por ano. Apesar disso e de ter desempenho sempre superior ao da Paraíba, o estado não chega a aproximar-se de nenhum de seus três principais concorrentes na região. A Bahia é líder regional, seguida de Pernambuco e Ceará. Vale destacar que o fluxo de turistas cresceu em toda a região, principalmente a partir de 2008 quando, com exceção da Paraíba, todos os demais estados tiveram um crescimento significativo.

Gráfico 28. Fluxo Turístico Anual - Milhões de Turistas – 2002/2011



Fonte: GTP/CTI-NE, Órgãos Oficiais de Turismo e PDITS.

Não basta apenas o aumento no fluxo de turistas para que o RN possa obter ganhos cada vez maiores em função da indústria do turismo, pois se faz necessário também o aumento do tempo médio de estadia e do gasto médio diário destes turistas. Para que isso ocorra, faz-se necessário desde um planejamento governamental claro até a execução de estímulos que visem o aumento nestes indicadores.

OBJETIVO

Aumento do fluxo turístico nacional e internacional para o estado, do tempo de estadia e do gasto médio diário, em função da maior atratividade turística do RN, com melhoria da qualidade do espaço urbano, conservação de paisagens e ampliação dos atrativos.

PÚBLICO ALVO

Turistas nacionais e internacionais que já tenham ou não visitado o Rio Grande do Norte. Vale destacar que, em 2014, o Brasil recebeu 6,4 milhões de turistas estrangeiros, dos quais apenas 38 mil chegaram ao país pelo Rio Grande do Norte[99].

METAS INDICATIVAS DE RESULTADO

INDICADOR	PARTIDA	2020	2025	2030	2035
Desembarque aéreo de turistas no RN (milhões de turistas ao ano)	1,3[100]	2,6	3,0	3,2	3,3
Gasto médio de turistas em Natal (R$ ao dia por turista, preços de 2013)	195,92[101]	271,78	290,20	308,64	327,00

FOCALIZAÇÃO TERRITORIAL

O projeto deve focar em duas frentes principais. A primeira consiste em desenvolver a infraestrutura e aumentar a preservação dos ativos turísticos nos locais já consolidados como atrações turísticas no estado. A segunda prevê o desenvolvimento de novas atrações, em regiões que ainda não estão consolidadas como atrações turísticas, mas que têm potencial turístico.

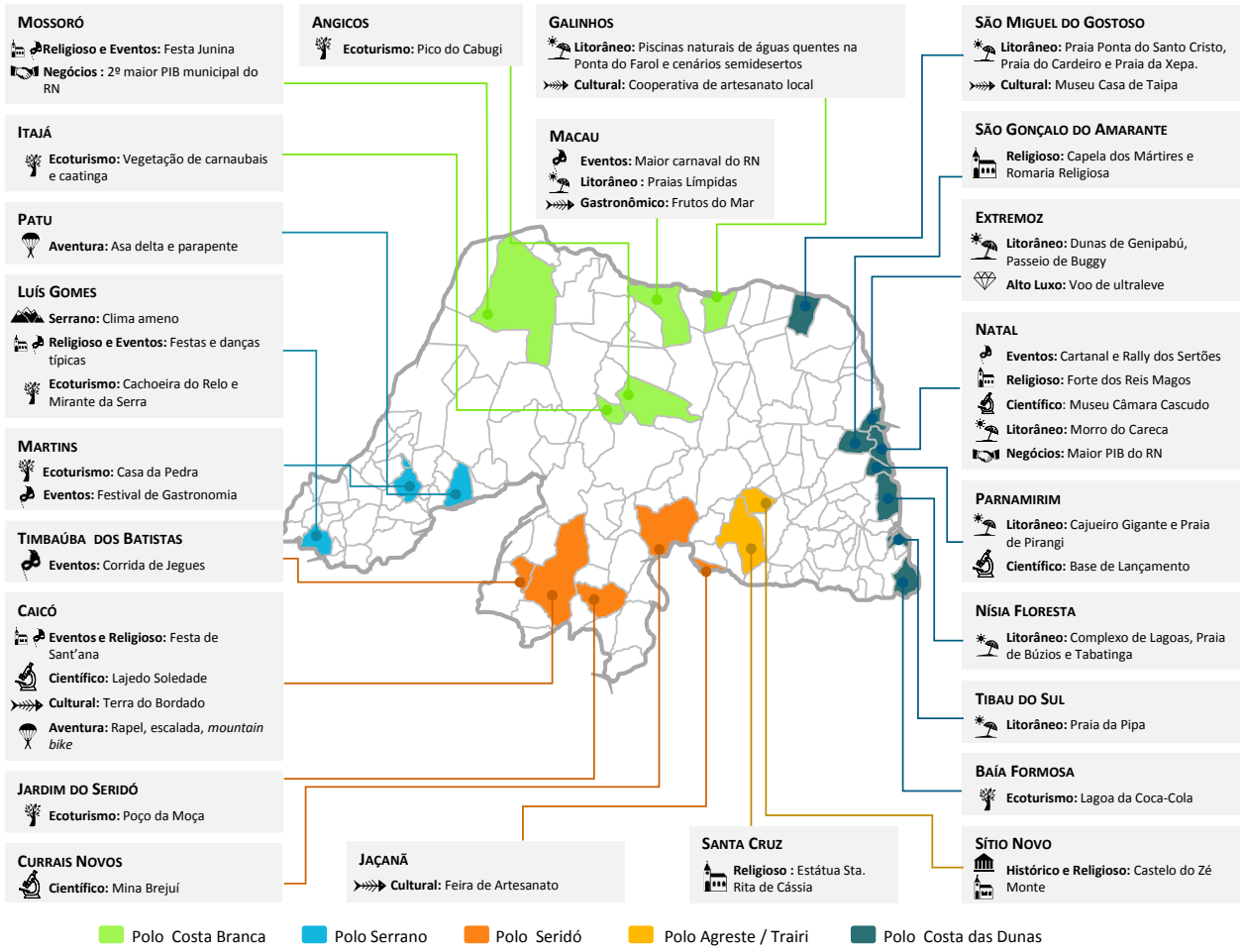
O mapa a seguir indica a localização dos principais pontos turísticos que devem servir de georreferência para a iniciativa.

[99] Anuário Estatístico de Turismo – 2015. Ministério do Turismo. DMantidoisponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/anuario/downloads_anuario/Anuario_Estatistico_de_Turismo_2015_-_Ano_base_2014_-_Pdf.pdf

[100] 2012

[101] 2013

Mapa 30. Principais Ativos e Produtos Turísticos do Setor de Turismo no Rio Grande do Norte



Fonte: Elaboração Macroplan, 2013.

PRINCIPAL INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

Secretaria de Estado do Turismo (SETUR)

PARTES INTERESSADAS

Redes de hotéis, resorts e pousadas e comércios de produtos e serviços que dependem do turismo; agências de viagens; companhias aéreas que operam no estado; revistas e canais de comunicação especializados em turismo; Prefeituras (secretarias de turismo, de saneamento); agências regulatórias estaduais e federais responsáveis pela conservação ambiental (exemplo: IBAMA); Igreja Católica (turismo religioso); agências de eventos (festivais, shows e feiras de entretenimento); associações federais de profissionais e grandes empresas que atuam no RN (turismo de negócios); ONG's nacionais e internacionais que atuem na preservação ambiental e instituições de ensino básico (educação e conservação ambiental); instituições de pesquisa e de ensino superior nacionais e internacionais (turismo científico).

ESCOPO E LINHAS DE AÇÃO PROPOSTAS

- Melhorar a infraestrutura turística, de saneamento básico e acessos viários aos pontos turísticos nas cidades e bairros turísticos;
- Implantar planos de paisagismo, preservação e urbanismo nas cidades litorâneas, organizando a relação entre as praias e a zona urbana. Implementar medidas de conservação de paisagens e ativos ambientais;
- Implantar ações de educação ambiental para a população que vive nas áreas turísticas e apoiar o turismo ambientalmente sustentável, por meio de incentivos ficais;
- Explorar as opções turísticas no interior do estado e desenvolver atrativos, visando ampliar o fluxo de turistas;
- Investir na divulgação das principais atrações turísticas do estado no Brasil e no Exterior;
- Incentivar o desenvolvimento de outros tipos de turismo como turismo de eventos e o turismo de negócios;
- Qualificar a mão de obra e estimular o empreendedorismo, principalmente em negócios ambientalmente sustentáveis;

RELAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS PARA REFERÊNCIA

- Revitalização de Puerto Madero, Buenos Aires, Argentina

  Revitalização da área portuária, restabelecendo o equilíbrio na cidade, reforçando a área central, possibilitando ocupações de uso intensivo para o terceiro setor e residenciais de classe média e alta, sem deixar de lado as atividades náuticas no dique e preservar a área de reserva ambiental existente.



Foto 12. Situado na "esquina" do continente, o RN tem 410km de um litoral emoldurado por praias, dunas e falésias